

PARECER JURÍDICO

EMENTA: Direito administrativo. Análise. Legalidade e constitucionalidade. Projeto de Lei 028/2022. Mudança. Estruturação administrativa. Competência originária. Poder Executivo. Legalidade.

Através da Comissão de Legislação e Justiça, foi requerido parecer jurídico acerca do Projeto de Lei nº **028/2022**, de origem do Poder Executivo, dispondo sobre uma mudança na estrutura administrativa e organização do Poder Executivo, através da criação da Secretaria de Governo e Articulação Política, que passará a ser desvinculada da atual Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social.

Levando em consideração o disposto no art. 192, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, o parecer jurídico cinge-se tão somente para analisar o aspecto da legalidade ou constitucionalidade da matéria apresentada.

O Projeto de lei em comento visa alterar a Lei Municipal nº 2.595/2017, reorganizando a atual estrutura administrativa do Poder Executivo, criando uma Secretaria de Governo e Articulação Política, desvinculando essas atribuições da atual Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social. Além do mais, e visando atender a economicidade nos recursos públicos, referido projeto extingue 10 (dez) cargos comissionados dos 40 (quarenta) existentes, como forma de diminuir o impacto financeiro aplicado diretamente na criação de uma nova Secretaria. Por fim, referido projeto de lei suprime o art. 6º da Lei municipal nº 2.595/2017, que conferia ao Chefe do Poder Executivo prover através de Decreto, 02 (dois) cargos em comissão de Secretário Executivo.

Junto ao Projeto de Lei foi anexado o impacto financeiro, cumprindo assim as regras previstas nas leis que tratam sobre a questão financeira e fiscal, quando da mudança na estrutura administrativa dos Entes federados causadoras de novas despesas.

Por essas razões, é visível a **LEGALIDADE** do Projeto de Lei aqui discutido, tendo em vista o cumprimento das regras positivadas em nosso ordenamento jurídico, conforme acima tratado.

Pelo exposto, e levando em consideração as razões trazidas na mensagem, como também na análise desta assessoria jurídica, **OPINAMOS pelo seguimento** do referido Projeto de Lei.

É o parecer. S.M.J.

Santa Cruz do Capibaribe-PE, 13 de setembro de 2022.

JOSEBERGUE JOÃO ALVES
Assessor Jurídico OAB/PE nº 34.632